

## Desinformação, misinformação e conspiracionismo na retórica da guerra das direitas estadunidenses (1983 – 2016)

João Victor Uzer\*

1

### Resumo

Desde a corrida eleitoral que sagrou Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, os termos Pós-verdade, Fake News e Desinformação estamparam pesquisas e reportagens e tornaram-se familiares. Porém, suas criações e principalmente adoções são observáveis em momentos anteriores. Este artigo procura demonstrar como a desinformação e a adoção de retóricas paranoicas fizeram parte da política de guerra adotada por políticos republicanos nos Estados Unidos, desde os anos 1980 até 2016. Para isso nos baseamos no trabalho de Antonio Reyes-Rodríguez – sobre a construção retórica da guerra ao terror de Bush – e aplicamos suas observações em discursos presidenciais de Donald Reagan e George W. Bush e Donald Trump. Com isso visamos demonstrar como o uso de desinformação e a paranoia política são constantes na retórica republicana da guerra, sendo adotada em contextos diferentes com propósitos diferentes, partindo de uma “guerra santa” contra o “império do mal”, até uma “guerra civil” pela “alma da América”.

**Palavras-chave:** Desinformação; Guerra ao Terror; Direita Alternativa; Conspiracionismo.

### Abstract

Since the election of Donald Trump as president of the United States, the terms Post-Truth, Fake News and Disinformation have been featured in researches and reports and have become familiar. However, their creations and mainly adoptions are observable in previous moments. This article seeks to demonstrate how disinformation and the adoption of paranoid rhetoric were part of the war policy adopted by republican politicians in the United States, from the 1980s to 2016. For this, we based our work on Antonio Reyes-Rodríguez's research – on rhetorical construction of Bush's war on terror – and we apply his observations to presidential speeches by Donald Reagan and George W. Bush and Donald Trump. With this we aim to demonstrate how the use of disinformation and political paranoia are constant in the republican rhetoric of war, being adopted in different contexts with different purposes, starting from a “holy war” against the “evil empire”, to a “civil war” for the “soul of America”.

**Keywords:** Disinformation; War on Terror; Alternative Right; Conspiracism.

### Introdução

Em 2006, analisando os discursos do presidente George Walker Bush acerca da guerra ao terrorismo (no Afeganistão e no Iraque), o linguista Antonio Reyes-Rodríguez elaborou um modelo teórico das fases discursivas pelas quais os discursos de guerra se estruturariam. São elas: 1) causa/motivo; 2) identificação do culpado; 3) demonização; 4) personificação do inimigo; 5)

---

\* Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre e doutorando em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

justificativa da guerra; e 6) associação do inimigo atual ao próximo. Segundo com o autor, uma ideologia específica é estabelecida em cada etapa, de acordo com as escolhas linguísticas que são elaboradas, para legitimar a guerra e mobilizar o público. Embora Reyes-Rodríguez (2006) tenha se limitado a analisar os discursos de Bush, é possível observar como as etapas da retórica da guerra foram igualmente realizadas por Ronald Reagan em sua própria guerra ao terrorismo e ao comunismo nos anos 1980 e, posteriormente, readaptadas pela Direita Alternativa para apoiar a candidatura de Donald Trump. Sendo uma estratégia política importante dos governos republicanos de Reagan e Bush, estipulamos que o modelo apresentado por Reyes-Rodríguez (2006) se trata principalmente de um modelo para uma retórica republicana de guerra.

No entanto, observamos que os efeitos morais objetificados pela adoção da retórica vão além das políticas republicanas. Todas as seis etapas fundamentam-se numa dicotomia entre “nós” e “eles” e alimentam um sentimento de ameaça e medo constante do “eles”, ao mesmo tempo em que enobrecem o trabalho do “nós”. Esta dinâmica foi reconhecida por Erica Resende (2012) como parte intrínseca do nacionalismo estadunidense, de sua tradição puritana colonial. Desde a colônia, a religiosidade estadunidense articulou uma visão de mundo no princípio do “nós” contra “eles”, no qual o “nós” eram o “povo eleito” e o “eles” os inimigos sabotadores. Esta visão de mundo foi secularizada na Revolução de Independência e tornou-se parte da identidade nacional. Encontrase resquícios dela no século XIX (com o Destino Manifesto), no século XX (na Guerra Fria) e, mais recentemente, na Guerra ao Terror de Bush e mesmo na Direita Alternativa que acolheu Donald Trump. Neste trabalho procuramos apresentar como a retórica republicana de guerra – de Reagan até Trump – (especialmente em suas primeiras etapas) instrumentaliza essa forma de pensar e, principalmente em Bush, utiliza de desinformação e teorias conspiratórias para promover-se. Para isso o trabalho foi estruturado em três tópicos.

O primeiro tópico discorre sobre a retórica republicana de guerra, explicitando suas etapas e analisando os discursos de Bush e Reagan respectivamente. Dos discursos entregues por Bush foram destacados os: de 20 de setembro de 2001, para uma sessão conjunta do Congresso, sobre os ataques do Onze de Setembro. Foi o momento em que as primeiras etapas da retórica da guerra começaram a ser articuladas; de 11 de dezembro 2001 aos cadetes do Colégio militar da Carolina do Norte, quando Bush utilizou o termo *Rogue States* pela primeira vez no contexto da guerra ao terror; de 29 de janeiro de 2002, o primeiro *State of the Union* (discursos presidenciais feitos no início de cada ano para uma sessão conjunta do Congresso) depois do Onze de setembro, quando o termo “eixo do mal” foi apresentado; e, por fim, o *State of the Union* de 28 de janeiro de 2003, quando o Iraque e Saddam Hussein foram efetivamente apresentados como o “próximo adversário”, concluindo a sexta etapa da retórica da guerra. Dos discursos de Reagan, cinco foram

destacados. São: ao Congresso, de 27 abril de 1983, em que o presidente chama atenção sobre as atividades da União Soviética na América Central, efetivando as primeiras etapas da retórica da guerra; o proferido na Associação Nacional de Evangélicos, em 8 março de 1983, no qual o termo “Império do mal” é apresentado; o discursos à nação (feito no Salão Oval e transmitido ao vivo) em 23 de março de 1983, que volta a chamar atenção para a ação Soviética na América do Sul, mas a espacializa na Nicarágua; o *State of the Union* de 6 de fevereiro de 1985, discorrendo sobre os Sandinistas (marxistas) na Nicarágua; e, o endereçado à nação, de 4 de março de 1987, no qual Reagan comenta o escândalo Irã-Contra. Cada um desses discursos apresenta chaves argumentativas que demonstram a adoção da retórica republicana de guerra.

O segundo tópico discorre sobre o uso de desinformação e misinformação durante a guerra ao terrorismo de Bush. Desde a corrida eleitoral que sagrou Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, os termos Pós-verdade, *Fake News* e Desinformação estamparam pesquisas e reportagens e tornaram-se familiares, (o termo *Fake News* chegou a ser eleito pela Oxford como a palavra do ano em 2016). Porém, suas criações e principalmente adoções são observáveis em momentos anteriores. A guerra ao terror de Bush fez considerável uso de desinformação (chegando a pautar a agressão na afirmação, sem provas, de que Saddam Hussein escondia armas de destruição em massa) e se beneficiou do uso de teorias conspiratórias e promoção de desinformação por parte da imprensa. Neste tópico discutimos os conceitos de desinformação, misinformação e pós-verdade, e procuramos demonstrar – principalmente através de pesquisas da *Pew Research Center* – como o público estadunidense foi mobilizado para a guerra através de notícias falsas e teorias conspiratórias.

O terceiro e último tópico aborda a candidatura de Donald Trump para demonstrar como este também adotou a retórica republicana de guerra. Porém, diferente dos republicanos anteriores, a retórica republicana de guerra trumpista voltava-se diretamente para o público interno. Reagan e Bush tinham inimigos personalizados (na União Soviética, nos Sandinistas, na Al-Qaeda ou em Saddam Hussein), mas seus inimigos externos eram vagamente definidos (comunismo e terrorismo). No entanto, os inimigos de Trump eram o *establishment* e a esquerda, personalizados em Hillary Clinton e Barack Obama. Através de quatro discursos, procuramos demonstrar como Donald Trump também efetivou as etapas da retórica republicana da guerra. Os discursos em questão são: 1) Seu anúncio oficial de candidatura, de 16 de junho de 2015. Na ocasião, o futuro presidente fez repetidas críticas à classe política estadunidense, culpando-a pelos ataques (econômicos, como o desemprego) que o país sofria; 2) Seu discurso de campanha em Wiconsin, em outubro de 2016, no qual Trump faz fortes ataques a Hillary Clinton, chegando a culpá-la diretamente pela criação do Estado Islâmico; 3) Seu discurso de posse, de 20 de janeiro de 2017,

em que o já presidente volta a atacar a classe política estadunidense; e, por fim, 4) o discurso sobre a Estratégia de Segurança Nacional, de dezembro de 2017.

Mas, mais do que isso, ao instrumentalizar o “nós” contra “eles”, reavivando a noção de “povo eleito” e apontando o inimigo interno, a retórica republicana de guerra trumpista tornou-se um ponto focal da Direita Alternativa que, desde os meados dos anos 2000, alegava que a “esquerda globalista” vinha promovendo um ataque aos “verdadeiros americanos”. Em alguns casos extremos, essa visão de mundo instrumentalizada pela retórica de guerra – inflamada por desinformação e teorias conspiratórias –, incentivou o terrorismo interno.

### **A Retórica republicana de guerra: o “nós contra eles” pela nação e pelo mundo**

Conforme Landislau Dawbor (2003, p. 9), após o Onze de Setembro, gerou-se nos Estados Unidos uma articulação da velha direita política, do conservadorismo religioso e de grandes corporações, formando “um núcleo relativamente fechado e extremamente poderoso”. E com sucesso vendeu-se a ideia de que o Iraque representava uma ameaça para os Estados Unidos, por ter armas de destruição em massa e por estar ligado ao Onze de Setembro. De acordo com Antonio Reyes-Rodríguez (2006) esse sucesso se deu através da adoção da retórica da guerra. Esta, por sua vez, segue um modelo estabelecido em seis partes que se retroalimentam. 1) causa/motivo, invasão, ataque ou ameaça; 2) identificação do culpado; 3) demonização; 4) personificação do inimigo (em um grupo ou nação); 5) justificação a guerra; 6) associação do inimigo atual com o próximo.

Primeiramente cria-se uma estratégia que racionalize as fortes emoções suscitadas por eventos, fazendo com que os cidadãos incorporem um nacionalismo ou patriotismo para apoiar a guerra a ser empreendida. Ainda no Onze de setembro, Bush definiu os ataques como um ato de guerra. E, levando a opinião pública a ideia de “vingança contra os terroristas”, incitou um “ultranacionalismo” por parte do cidadão que o impediria de questionar a guerra. De acordo com Brian Schmidt e Michael Williams (2008, p. 197), houve uma instrumentalização do medo por parte de especialistas conservadores na *MSNBC* e na *Fox News*. Criou-se um contexto de insegurança e desconfiança tornando qualquer um que discordasse do governo passível de represálias. Eliot Weinberger (2006, p. 78) apontou que qualquer crítica ao governo era reconhecida como um ato de traição e que chegou-se a publicar na internet listas com nomes de professores universitários que criticavam o governo.

Com a opinião pública inflamada e emocionada pelos ataques sofridos, o próximo passo da construção retórica da guerra apresentada por Reyes-Rodríguez (2006) é a de identificar e justificar o inimigo. Esta etapa se concretizou no dia 20 de setembro, no qual Bush apresentou a

Al-Qaeda como responsável. Em seu discurso é definido o responsável (“As evidências que reunimos apontam para uma coleção de organizações terroristas vagamente afiliadas, conhecidas como Al-Qaeda”), os motivos deste atacar (“seu objetivo é reconstruir o mundo e impor suas crenças radicais”) e a justificativa do alvo (“Eles odeiam nossas liberdades: nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade de votar e se reunir e discordar uns dos outros.”) (BUSH, 2001a.)

Uma vez que o inimigo é definido, apresentado e justificado (mesmo que vagamente), define-se o seu grau de “maldade”. O discurso então passa a demonizá-lo. Ainda no discurso de 20 de setembro, o presidente afirma:

A Al-Qaeda está para o terror como a máfia está para o crime. Mas seu objetivo não é ganhar dinheiro; seu objetivo é reconstruir o mundo e impor suas crenças radicais às pessoas em todos os lugares [...] A diretriz dos terroristas os ordena a matar cristãos e judeus, matar todos os americanos e não fazer distinções entre militares e civis (BUSH, 2001a).

Conforme Reyes-Rodríguez (2006, p. 372), o propósito é declarar: “os terroristas não fazem distinções em seus objetivos, ‘eles matam todo mundo’. No entanto, este ‘todo mundo’ foi quebrado por nomear especificamente dois grupos religiosos particulares, americanos, e civis.” O objetivo é, de acordo com Reyes-Rodríguez (2006, p. 373), conduzir emocionalmente o público, chamando atenção para as vítimas civis. Atribuindo ao inimigo um caráter essencialmente maligno, “os processos de ‘divisão e rejeição’ retratam o inimigo indesejável o mais moralmente distante possível de ‘nós’ em questões de conduta”.

Tendo racionalizado o medo dos ataques sofridos, definido o inimigo e graduado seu nível de “maldade”, o próximo passo na construção retórica da guerra seria de personificar o inimigo. Porém, o terrorismo (nem mesmo a Al-Qaeda) era um Estado-nação ou inimigos bem definidos contra o qual poder-se-ia declarar guerra. No mesmo discurso de 20 de setembro, Bush deu conta:

Eles [os terroristas] são recrutados em suas próprias nações e bairros e levados para campos em lugares como o Afeganistão, onde são treinados em táticas de terror. [...] A liderança da Al-Qaeda tem grande influência no Afeganistão e apoia o regime do Talibã no controle da maior parte daquele país. No Afeganistão, vemos a visão da Al-Qaeda para o mundo (BUSH. 2001a).

Como aponta Reyes-Rodríguez (2006, p. 376), o sofrimento do povo afegão sob o comando Talibã tornou-se uma preocupação da retórica de guerra da administração Bush, “Apesar de anos de domínio do Talibã neste país, repentinamente seu povo é definido por Bush neste ponto como sofrendo e necessitando de libertação”.

Por fim, após localizar o inimigo espacialmente, faz-se necessário justificar a ação militar em si. Como a guerra tornou-se uma “ação humanitária”, uma “defesa da civilização”, a ação não

pode ser adotada como uma agressão. Há um esforço em tornar os Estados Unidos vítimas e legitimar suas ações belicosas como benfeitoras. Ao fazer exigências, a construção retórica da guerra transfere responsabilidade numa tentativa de retratar justiça, “o governo dará aos talibãs uma chance de evitar o conflito militar” (REYES-RODRIGEZ, 2006, p. 378). A Guerra do Afeganistão foi apresentada como uma guerra de autodefesa, mas o Afeganistão não havia declarado guerra aos Estados Unidos ou organizado o Onze de Setembro. O território afegão, as autoridades Talibãs e o Estado afegão não eram propriamente os inimigos da Guerra ao Terror, nem mesmo da Guerra do Afeganistão. Ao menos não na retórica da guerra. O Estado afegão era o perpetrador, o defensor dos agressores, o verdadeiro inimigo não era um Estado com capital e território que poderia ser invadido e tomado, mas sim uma rede de influência. Foi a “recusa em cooperar” que, nos discursos estadunidenses, tornou a invasão legítima.

Mas a construção retórica da guerra adotada por Bush não se limita a delimitar um inimigo e justificar o ataque, ela ainda prepara terreno para o próximo inimigo e o próximo ataque. Como coloca Reyes-Rodríguez (2006, p. 380), o passo seguinte seria o de ligar a atual ameaça com outros inimigos. No discurso do dia Onze de Setembro, Iraque ou Saddam Hussein não são mencionados. No discurso de 20 de setembro de 2001, no qual o presidente aponta os responsáveis pelos atentados e os localiza no Afeganistão, o Iraque só é mencionado referenciando a guerra do Kuwait, Hussein não é mencionado. Só em novembro que “armas químicas” e “armas de destruição em massa” foram citadas pela primeira vez. Neste mesmo discurso o presidente afirma que “regimes que patrocinam o terror” são igualmente culpados pelas mortes, que pagarão o preço, e que “o Talibã agora está aprendendo esta lição”. Em dezembro do mesmo ano Bush utiliza o termo *Rogue States* pela primeira vez no contexto da Guerra ao Terror, afirmando que estes (não os nomeia) são os mais prováveis de fornecer armas químicas ou de destruição em massa aos terroristas. Foi só em janeiro de 2003 que a ligação com o próximo inimigo ganhou nome. Coreia do Norte, Irã e Iraque. Juntos, definiu Bush, estes países formaram o “Eixo do mal”. No entanto, não havia uma ligação direta entre Al-Qaeda e Saddam Hussein, ou do Iraque com o Onze de Setembro. Em seu discurso de janeiro de 2003, o máximo que Bush conseguiu foi afirmar que esses países “têm estado bem quietos desde 11 de setembro”.

Bush, ao nomear seus inimigos no “Eixo do Mal”, deliberadamente remonta a imagem do “Império do Mal” estabelecido por Reagan décadas antes. E analisando a construção retórica da guerra ao terrorismo de Reagan, observamos os mesmos padrões observados por Reyes-Rodríguez (2006) na estabelecida por Bush.

Quando chegou ao poder em 1980, a “nova direita reaganiana” substituiu agendas relacionadas aos direitos civis pelo combate ao narcotráfico e terrorismo. A liberdade e a

democracia (manifestada, em linhas gerais, pela elaboração de eleições periódicas) tomaram ares de valores universais que precisavam ser exportados tanto para a Europa (regiões da Alemanha e leste europeu), para oriente e para a América Latina, numa retórica anticomunista (VISENTINI, 2015, p. 14) e quase humanitário. O governo Reagan interrompeu a política de empréstimos para a América Latina – que vinha financiando avanços e crescimentos industriais – o que gerou uma crise de dívidas acompanhada de uma desaceleração do crescimento da economia da região. Para Chomsky (2003, p. 102) a era Reagan representou um avanço na democracia capitalista e para o projeto dos Estados Unidos do pós-segunda guerra. Os projetos de industrialização do “terceiro mundo” foram aos poucos inviabilizados e as revoluções de caráter anti-imperialistas contidas; a produção capitalista flexibilizou-se, articulada no toyotismo; o dólar passou por um processo de revalorização; os défices públicos foram controlados; e as hostilidades com a URSS foram retomadas (KOCHER, 2011, p. 152). Este último, com uma utilidade especial. Nas palavras de Chomsky (2003, p. 121):

Quando havia a necessidade de um estímulo do governo para uma economia vacilante ou para fomentar tecnologias novas e dispendiosas, as autoridades estatais podiam invocar as hordas russas em marcha, a fim de induzir a população a ampliar os subsídios para a indústria de ponta através do Pentágono. [...] Em linhas muito gerais, o Império do Mal era invocado quando isso se fazia necessário para a administração da economia interna e para o controle do sistema mundial.

O termo “Império do Mal” surgiu no discurso proferido na Convenção Anual da Associação Nacional de Evangélicos, em 1983. Reagan recebeu o convite no final do ano anterior e começou a preparar um discurso – junto de seu redator presidencial – que articulasse o conservadorismo social à política externa. Segundo Robert Waters (2014, p. 75), Reagan talvez tenha sido o primeiro presidente estadunidense a enxergar na Guerra Fria algo mais que um esforço internacional para conter o avanço de uma potência agressiva. Reagan acreditava que a União Soviética era “produto de uma ideologia milenar implacável que buscava a dominação mundial”, o comunismo.

No discurso no qual apresentou o termo “Império do mal”, 8 de março de 1983, Reagan recorreu aos pais fundadores, chegando a afirmar que entendia a frase de Abraham Lincoln que dizia: “Muitas vezes caí de joelhos pela convicção avassaladora de que não tinha outro lugar para ir”. Afirmou que os compromissos com a liberdade (tanto no aspecto individual como numa democracia) estavam diretamente relacionados à fé cristã, citando a frase “Se não quisermos ser governados por Deus, devemos ser governados por tiranos.”, de William Penn, outro pai fundador. Ainda reconheceu a existência do que chamou de “fenomenologia do mal ou, como diriam os

teólogos, a doutrina do pecado”, naquele contexto, relacionando-o ao comunismo. No dia 23 de março do mesmo ano, voltou ao assunto em discurso à nação sobre a segurança nacional:

Os soviéticos, por exemplo, têm armas nucleares precisas e poderosas suficientes para destruir praticamente todos os nossos mísseis no solo. Agora, isso não quer dizer que a União Soviética está planejando fazer guerra contra nós. Nem acredito que uma guerra seja inevitável — muito pelo contrário. Mas o que deve ser reconhecido é que nossa segurança se baseia em estarmos preparados para enfrentar todas as ameaças (REAGAN, 1983a).

Os soviéticos e o comunismo são apresentados como ameaças tanto literais (físicas) como ideológicas. Embora não apresente um ataque direto – como o Onze de Setembro – o discurso de Reagan procurou mobilizar os sentimentos estadunidenses para a ameaça ainda existente do “mal” do “comunismo”. E, para isso, recorreu a defesa dos valores cristãos estadunidenses, relacionando-os à própria defesa do país.

A segunda etapa, identificar o adversário, aconteceu ainda no mesmo discurso de 8 de março. A União Soviética e o comunismo foram representados como totalitários (em comparação com a “América” e a “democracia”, sinônimos de “liberdade”). Definidos como as grandes ameaças ao estilo de vida estadunidense: “os líderes soviéticos declararam aberta e publicamente que a única moralidade que eles reconhecem é aquela que irá promover sua causa, que é a revolução mundial.” E o risco de baixar a guarda foi reconhecido como demais (REAGAN, 1983a).

A terceira etapa, a demonização, ocorreu constantemente. Ainda no discurso de 8 março 1983, foi dito: “rezemos pela salvação de todos aqueles que vivem naquela escuridão totalitária”. A demonização tomou caráter quase literal: “O marxismo-leninismo é na verdade a segunda fé mais antiga, proclamada pela primeira vez no Jardim do Éden com as palavras da tentação”. Além, no mesmo discurso, ressaltou a importância da luta contra o comunismo citando uma conversa que teria dito com um eleitor: “Prefiro ver minhas filhas morrerem agora, ainda crendo em Deus, do que elas cresçam sob o comunismo e um dia morram sem mais crer em Deus” (REAGAN, 1983a). E, por fim, fez de Guerra Fria uma luta entre “bem e mal” na qual o “Império do mal” era a União Soviética.

A quarta etapa, personificação do inimigo, aconteceu já em 23 de março de 1983. A Nicarágua foi citada pela primeira vez como exemplo do poder comunista na América Central:

Esta terceira foto, que é a única desta série que foi divulgada anteriormente, mostra equipamentos militares soviéticos que chegaram à América Central. Este aeródromo com seus helicópteros MI-8, canhões antiaéreos e locais de caça protegidos é uma das várias instalações militares na Nicarágua que receberam equipamentos soviéticos canalizados através de Cuba e reflete o enorme acúmulo militar que está acontecendo naquele país (REAGAN, 1983b).



Enquanto o inimigo de Bush escondia-se sob um guarda-chuva conceitual de “terrorismo”, que representava grupos isolados com conexões, sem uma capital ou território definido para ser invadido, o inimigo da Reagan era tanto ideológico (o comunismo) como literal (a União Soviética). No entanto, uma guerra direta era impraticável, o presidente reconheceu isso publicamente afirmando que a paz era mantida pela força, na política da “dissuasão”, que significava, nas palavras do presidente: “garantir que qualquer adversário que pense em atacar os Estados Unidos, ou nossos aliados, ou nossos interesses vitais, conclua que os riscos para ele superam quaisquer ganhos potenciais.” Porém, a “parte ideológica” da guerra espacializou o inimigo na América central, relacionando-o com a influência soviética. Além, personificou o adversário no grupo Sandinista: “A revolução sandinista na Nicarágua acabou sendo apenas uma troca de um conjunto de governantes autocráticos por outro, e o povo ainda não tem liberdade, direitos democráticos e mais pobreza” (REAGAN, 1983b).

A quinta etapa, a justificativa da guerra, foi relacionada a própria sobrevivência da “América”. Desde a apresentação da ameaça, a justificativa moral da guerra foi a autopreservação. De forma mais material, a respeito do poder soviético na Nicarágua, o discurso de 27 de abril afirma:

O novo exército da Nicarágua conta com 25.000 homens, apoiados por uma milícia de 50.000. É o maior exército da América Central, complementado por 2.000 militares cubanos e conselheiros de segurança. Está equipado com as armas mais modernas - dezenas de tanques de fabricação soviética, 800 caminhões soviéticos, obuses soviéticos de 152 milímetros, 100 canhões antiaéreos, além de aviões e helicópteros. Há milhares de conselheiros civis adicionais de Cuba, União Soviética, Alemanha Oriental, Líbia e da OLP. E somos atacados porque temos 55 treinadores militares em El Salvador (REAGAN, 1983c).

Embora Reagan não tenha aplicado uma política bélica como Bush, chagando a invadir o território inimigo, sua abordagem para com a “guerra ao terrorismo” em seu tempo resultou no escândalo Irã-contra e em manobras jurídicas para defender aqueles que contrabandearam armamentos em nome da “segurança nacional”. Na segunda metade dos anos 1980, membros do Conselho Nacional de Segurança (NSC) e da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos praticaram trocas de armas por reféns no Irã, apesar do embargo de armas do governo. Ao mesmo tempo, também foi organizado um financiamento privado aos Contra, na Nicarágua, grupo rival aos Sandinistas. Tudo sem o apoio e consciência do Congresso. O caso ficou conhecido como *Iran-Contra Affair*. Conforme Neil Denslow (2003, p. 353), críticos na época acusaram a ação de ser um golpe liderado por Reagan contra o Congresso, porém, uma visão mais branda se popularizou, a de que o escândalo foi fruto da má gestão do presidente e de sua ignorância quanto aos assuntos de relações internacionais. Membros do gabinete do secretário de Estado George Shultz e do

secretário de Defesa Casper Weinberg foram responsabilizados. Em dezembro de 1986 uma comissão foi estabelecida para investigar o escândalo. Liderada pelo senador John Tower, a comissão recebeu o nome de *Tower Commission*. Em fevereiro do ano seguinte o relatório da comissão foi publicado e, embora tenha reconhecido a ilegalidade da ação, responsabilizou William Casey (diretor da CIA) por não ter assumido a operação e notificado o presidente e o Congresso. No mês seguinte o então presidente Reagan se pronunciou:

Há alguns meses eu disse ao povo americano que não trocava armas por reféns. Meu coração e minhas melhores intenções ainda me dizem que isso é verdade, mas os fatos e as evidências me dizem que não é. Como a Comissão Tower relatou, o que começou como uma abertura estratégica para o Irã se deteriorou, em sua implementação, em troca de armas por reféns. Isso vai de encontro às minhas próprias crenças, à política de administração e à estratégia original que tínhamos em mente. Há razões pelas quais isso aconteceu, mas não há desculpas. Isso foi um erro (REAGAN, p. 1987).

O Congresso estabeleceu seu próprio comitê e promoveu uma série de audições. O coronel Oliver North, do NSC, ao longo das audições, argumentou que havia agido como um patriota na luta contra o comunismo (DENSLOW, 2003, p. 352). Embora as audiências tenham chamado bastante atenção, quando terminaram em 1988, o assunto foi esquecido e muitos documentos levantados pelas comissões, permaneceram sigilosos e não foram usados nos tribunais. Nas eleições de 1988 o escândalo não foi uma questão para o candidato republicano, o vice-presidente de Reagan, George Herbert Walker Bush. Já nos finais de seu próprio mandato, em 1992, o então presidente Bush perdoou vários dos participantes do escândalo, incluindo alguns réus que nem chegaram a ter seus julgamentos marcados. Na ocasião, comentando o perdão presidencial, o roteirista Steve Tesich usou o termo “pós-verdade” em um artigo para a revista *The Nation* para criticar a escolha do presidente – e da imprensa – em ignorar os fatos e provas do envolvimento de vários funcionários do governo no escândalo. O artigo de Teish é considerado a primeira aparição do termo na mídia e diz: “nós, como povo livre, decidimos livremente que queremos viver em algum mundo pós-verdade” (BYRNES, 2016).

Verifica-se, portanto, que a retórica da guerra adotada pelos republicanos, tanto em Reagan quanto em Bush, necessita de uma argumentação que sustente e instrumentalize uma visão de mundo polarizada de “nós” contra “eles”, que não é rara nos Estados Unidos. Ao contrário. Como aponta Erica Resende, a origem do pensamento maniqueísta do “americano” contra o “não americano”, por vezes manifestado no “bem” contra o “mal”, está nas bases puritanas do período colonial. Nas palavras de Resende (2012, p. 272): “O discurso de americanidade exige a reprodução da ideologia que o sustenta e lhe dá sentido específico: o puritanismo”.

De acordo com Resende (2012), a percepção dos colonos puritanos era de que compunham um “povo escolhido” por Deus para construir uma “nova Canaã”, através da “divina providência”. Nos Estados Unidos colonial, a religião centralizava a política e a vida civil. Por um lado, cada homem era “responsável pela sua alma”, por outro, a comunidade como um todo possuía o dever de reestabelecer a união com Deus, para assim prosperar e cumprir seu objetivo na terra. Dessa forma, exigia-se a presença de mal constante e onipresente, tanto para combater quanto para se defender. Este “mal” seria o responsável pelas falhas e atrasos em cumprir seu objetivo no novo mundo. Internamente, corromperia a fé das novas gerações. Externamente, conspiraria contra os Estados Unidos. Ainda segundo Resende (2012), essa visão de mundo teria sido secularizada após a independência, compondo parte importante dos símbolos identitários estadunidenses.

A Declaração de Independência traz a afirmação de que todos os homens nascem iguais, possuindo direitos (dados pelo criador), como a liberdade. A revolução teria sido provocada, de acordo com o documento, não por um impulso interno, mas pela defesa desses direitos atacados pelo governo inglês. De acordo com Robert N. Bellah (2005), houve nos Estados Unidos um esforço em adotar uma série de símbolos, rituais e crenças de origens religiosas para institucionalizar uma coletividade. Observa-se um consecutivo uso de referências religiosas em pronunciamentos oficiais, mas sem recorrer a uma crença ou instituição definida. Por exemplo. George Washington, John Adams e Thomas Jefferson (os três primeiros presidentes dos EUA) fizeram referências a “Deus” em seus discursos, mas nenhum usou expressões como “Cristo” ou “Jesus”, mas sim expressões como “*Being in whose hands we are*”, “*God*”, “*Almighty Being who rules over the universe*” e mais.

A percepção de “povo eleito” sobreviveu. Ao avançar do século XIX, a marcha para o Oeste e a teoria do Destino Manifesto também se baseou nesse princípio. Segundo Demétrio Magnoli (1997), o Destino Manifesto sustentava-se em quatro pilares: a segurança nacional; a lei da gravitação político geográfico; a predestinação geográfica e a difusão da liberdade. Este último princípio, embebido na noção de “povo eleito” com um caráter civilizatório, empregava um caráter virtuoso na missão. Segundo Jonas Abreu (2021, p. 75), a missão era de “estender essas instituições [democráticas] refazendo o mundo à sua imagem e a decisão de Deus de consagrar aos EUA à execução dessa missão”.

Já na metade do século XX, esta percepção foi instrumentalizada pela direita estadunidense. Como aponta Richards Hofstadter (1964), desde os anos 1930 a direita passou a sustentar a tese de que estava sendo perseguida. Acreditando que as medidas do New Deal representavam uma guinada ao comunismo, os opositores passaram a defender a existência de: sabotagem do velho capitalismo competitivo; perda dos valores americanos; conspiração externa para subtrair a

soberania nacional; e mais. Hofstadter define a base da direita estadunidense dos anos 1960 em três pontos:

1) Há uma conspiração sustentada, ocorrendo a mais de uma geração e atingindo seu clímax no *New Deal* de Roosevelt, para minar o capitalismo livre, para trazer a economia sob a direção do governo federal; 2) a alta autoridade do governo foi tão infiltrada pelos comunistas que a política americana, pelo menos desde os dias que antecederam *Pearl Harbor*, foi dominada por homens sinistros que estavam vendendo de maneira perspicaz e consistente os interesses nacionais americanos; 3) o país abriga uma rede de agentes comunistas, assim como antigamente, era infiltrada por agentes jesuítas, de modo que todo o aparato da educação, religião, imprensa e mídia de massa se engajava em um esforço comum para paralisar a resistência dos americanos leais (HOFSTADTER, 1996, p. 25-26).

Verifica-se, portanto, que a noção de “nós” contra “eles” e o combate contra o “mal no mundo”, instrumentalizadas na retórica republicana de guerra, não são elementos recentes ou extraordinários. Ao contrário, estão inseridos dentro de uma tradição de conspiração política. Como defende Peter Knight (2013), este senso de excepcionalidade, de “povo eleito” ajudou a promover a noção de que qualquer desvio seria resultado de algum plano arquitetado por um inimigo. Assim, sustentamos que a retórica republicana de guerra se apresenta como uma sistematização desses princípios. Capitaliza nos sentimentos promovidos nos ataques sofridos (ou mesmo na falha em cumprir o objetivo); identifica o inimigo, demonizando-o; justifica a agressão não só como autodefesa, mas como dever (seja patriótico ou moral); e, por fim, torna o conflito permanente ao tentar associar o inimigo atual ao próximo. Portanto, a retórica republicana de guerra sustenta-se na antiga crença conspiratória de defesa contra um inimigo externo (ou interno) exagerado ou mesmo inexistente.

### **A retórica de guerra suspendendo a verdade**

Como mencionado anteriormente, o termo “pós-verdade” foi registrado pela primeira vez no início dos anos 1990 como uma crítica ao governo George W. H. Bush. No entanto, sua presença e prática são bem anteriores. De acordo com Lee McIntyre (2018), “a pós-verdade foi renunciada pelo que aconteceu com a ciência nas últimas décadas”. O método científico vinha sendo questionado. A alegação mais comum era de que os cientistas possuíam suas próprias agendas, o que comprometeria suas descobertas. De acordo com o autor, estes que acusavam cientistas defenderem suas próprias agendas, tinham por objetivo minar a ideia de que a ciência é resultado de uma investigação empírica. Em *Evidence and Inquiry*, livro publicado em 1993, Susan Haack fez uma defesa do método científico e um ataque à crescente noção de “pós-epistemologia”. A autora definia este termo como a crença de que não existe verdade, que suposições e crenças são

tão verídicas quanto a “verdade” cientificamente elaborada. Em um artigo do mesmo ano, Haack também identificou falácias argumentativas pelas quais argumentos eram “passados” ou “aceitos” como verdade, conhecimento estabelecido ou evidência. Em 1999 a autora voltou ao tema e amplificou suas críticas ao que chamou de “novo cinismo”, uma “crítica que era, na verdade, um repúdio total às ideias pós-modernistas” (HAACK, 1999, p. 10).

Como coloca Terry Eagleton (2012) o termo “pós-moderno” refere-se, em sentido geral, a uma forma de cultura contemporânea que possui uma linha de pensamento focada em questionar as noções clássicas de verdade, razão e objetividade. Argumenta contra as ideias de “progresso” ou “emancipação universal”, sistema único e contra grandes narrativas ou fundamentos definitivos de explicação. Em linhas gerais, o pensamento pós-modernista “vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade” (EAGLETON, 2012, p. 5).

De acordo com Haack (1999, p. 15), esta estratégia de descredibilizar a ciência tornou-se popular como ferramenta ideológica. Ou seja, passou a ser instrumentalizada para defender pautas e opiniões publicamente. “A negação da ciência pode partir de uma agenda econômica ou ideológica. Mais comumente, é iniciado por aqueles que têm algo a perder e, posteriormente, é realizado por aqueles que são pegos em sua campanha de desinformação”. Ao contrário da moda “pós-epistemologia”, esta não é uma mera disputa acadêmica; é “coisa do mundo real” (HAACK, 1999, p. 22).

Os usos políticos de desinformação não são fenômenos recentes. Ocultar conhecimento e promover conhecimento falso são antigas estratégias que, como apontou Peter Burke (2012, p. 183), foram recentemente renomeadas e retrabalhadas como “desinformação”. Durante a segunda guerra mundial, por exemplo, formou-se na Inglaterra o “Comitê dos vinte”, com o único propósito de fornecer “informações inexatas” aos inimigos. Na União Soviética mapas mostravam cidades em locações deliberadamente erradas como medida contraespionagem. Em contextos de guerra - como os dos exemplos - a desinformação é usada como forma de ludibriar adversários, mas internamente, pode exercer função de propaganda. No entanto, embora a desinformação e misinformação sejam fenômenos relativamente antigos, como ressaltam Deen Freelon e Chris Wells (2020, p. 151), as principais contribuições acadêmicas no estudo do fenômeno foram feitas a partir do ano de 2016.

O período logo após os ataques de Onze de Setembro ilustra como as Desinformações e Misinformações são particularmente usadas em contextos de guerra e, no tocante à retórica republicana de guerra, tornam-se parte de sua legitimação. Em aproximadamente 18 meses, os

Estados Unidos conseguiram elaborar uma narrativa que justificava a ação bélica baseada em afirmativas que foram posteriormente provadas falsas (LEWANDOWSKY, 2013, p. 487). Aqui vale fazer distinção entre termos. Desinformação e misinformação com frequência são utilizados como sinônimos, ambos dizem respeito a disseminação e circulação de informação falsa ou enganosa como sendo verdadeira, mas conceitualmente apresentam pequenas nuances relacionadas às suas naturezas e objetivos. Desinformação refere-se a um conjunto de informações falsas deliberadamente forjadas e propagadas, o objetivo é unicamente enganar a audiência. Misinformação, por outro lado, diz respeito a uma informação falsa, mas que pode ou não ser circulada com o intuito de ludibriar a audiência. Desta forma, uma notícia falsa (*Fake News*) – criada artificialmente imitando sites de notícias ou artigos científicos – que passou a ser disseminada no intuito de promover uma ideia ou ponto de vista, caracteriza-se como desinformação. Por outro lado, uma notícia antiga que é resgatada e apresentada como atual, caracteriza-se como misinformação. Nas palavras de Andrew Guess e Benjamin Lyons (2020, p. 18), “desinformação é feito para enganar, enquanto misinformação pode ser inadvertida ou não intencional”.

O exercício da retórica republicana da guerra, articulando o “nós” contra “eles” e a percepção de “povo eleito”, dependeu do uso de desinformação e misinformação para se solidificar. Em março de 2003 a invasão ao Iraque foi executada. E apesar das ligações entre Iraque e Al-Qaeda não estarem estabelecidas, de acordo com o *Pew Research Center* (2002a), ainda em janeiro de 2002 73% dos estadunidenses apoiavam uma invasão ao Iraque. 83% afirmavam que o ataque deveria ser efetuado caso descobrisse a ligação entre Saddam Hussein e o Onze de Setembro. 77% alegavam que o ataque deveria ser feito pois o Iraque escondia armas de destruição em massa. E 75% alegavam que o Iraque escondia terroristas. Nas palavras de Chomsky (2004, p. 169):

A maioria da população rapidamente se convenceu de que o Iraque era uma ameaça iminente para a segurança dos EUA. Pouco depois, quase a metade estava convencida de que o Iraque era o responsável pelos ataques do 11 de setembro. [...] Após setembro de 2002, os EUA converteram-se no único país do mundo em que 60% da população adulta acreditava que o Iraque representava uma ameaça iminente para sua segurança.

Como vimos, a construção retórica da guerra do governo Bush espacializou os “terroristas” no Afeganistão e Iraque e justificou a agressão definindo os inimigos (talibãs e Hussein) como: 1) Amigos dos terroristas; 2) envolvidos com o Onze de Setembro; e 3) antidemocráticos e opressores de seus próprios povos. Sobre o Iraque em especial, uma quarta definição: Possuidor de armas de destruição em massa. E mesmo sem ter provas concretas, esta estratégia funcionou. Em dezembro de 2002 a *Pew Research Center* divulgou que 84% dos estadunidenses acreditavam que o Iraque representava uma ameaça. No Reino Unido e Alemanha esses números eram de 85% e 82%, mas na França e Rússia, eram de 67% e 55%. Nos Estados Unidos, 67% da população alegava que uma

invasão ao Iraque se daria devido à ameaça que Hussein representava. No Reino Unido e na Alemanha 45% e 39%. Na França e Rússia era de 21% e 15%. Por outro lado, 44% dos britânicos, 54% dos alemães, 75% dos franceses e 76% dos russos acreditavam que uma invasão ao Iraque se daria para controlar o petróleo da região. Por fim, enquanto 62% dos estadunidenses apoiavam o uso de força para remover Saddam Hussein do poder, no Reino Unido, Alemanha, França e Rússia esses números eram de 47%, 26%, 33% e 12% (PEW RESEARCH CENTER, 2002b)

Uma das explicações para este sucesso da narrativa da guerra nos Estados Unidos (e em países aliados), como apontou Lewandowsky (2013, p. 489), foi a falta de ceticismo na imprensa estadunidense quanto às afirmações (sem provas) presidenciais. Em fevereiro de 2003, o secretário Colin Powell entregou na ONU um discurso em que afirmava categoricamente que o Iraque escondia armas de destruição em massa. Em 2012, o próprio explicitou em seu livro *It Worked for me* que as afirmações eram falsas. No entanto, como apontou Lewandowsky (2013, p. 492), um levantamento acerca da cobertura de redes de televisão após o discurso apontou que das 393 fontes usadas pelas reportagens, 75% eram de funcionários do governo ou aposentados. Apenas um – o senador Edward Kennedy – expressou ceticismo quanto à invasão ao Iraque. Como demonstrou Lewandowsky (2013, p. 490):

Se o discurso público é dominado por uma narrativa, então para a maioria das pessoas qualquer informação narrativa-consoante adicional provavelmente será acreditada simplesmente porque é compatível com outras informações na memória. Além disso, a informação que é apresentada repetidamente torna-se particularmente difícil de desalojar por correção se mais tarde se revelar falsa.

Outra variável que explica a adoção de desinformação e misinformação como verdadeiras é a autoafirmação, ou seja, o “processo pelo qual as pessoas têm a oportunidade de afirmar seus valores morais básicos” (LEWANDOWSKY, 2013, p. 493). Uma vez que a narrativa se estabelece, a crença pode tornar-se tão arraigada que resiste mesmo sendo provada falsa posteriormente. E, ironicamente, informações factuais, mas adaptadas a uma visão de mundo, podem ser usadas para legitimar uma narrativa falsamente embasada. Conservadores que ainda em 2003 foram informados de que o Iraque não dispunha de armas de destruição em massa, tornaram-se mais propensos a acreditar na existência das armas. De forma semelhante, grupos de centro-esquerda continuaram a acreditar que Bush tinha proibido a pesquisa com células-tronco, mesmo depois de serem informadas que esta afirmação era falsa. Este efeito foi denominado como “efeito de tiro pela culatra” e foi usado para explicar os indivíduos que “contra-argumentam” qualquer informação que confronte sua visão de mundo, seja essa informação verdadeira ou falsa (LEWANDOWSKY, 2013, p. 491).

Lewandowsky (2013) apontou que espectadores da *Fox News* estavam “mais mal-informados” quanto mais atenção prestavam às notícias. Durante a Guerra do Iraque a *Fox News* ganhou notoriedade com uma cobertura pró-Bush. Após o Onze de setembro, a rede tomou um pesado patriotismo. Conforme demonstrou Jonathan Morris, a Guerra do Iraque foi acompanhada de perto pela audiência estadunidense, especialmente pelos espectadores da *Fox News* que cobriu o evento com mais frequência. E, embora não se possa mensurar o real impacto da cobertura da mídia sobre a guerra no governo de Bush, um aspecto importante que impactava negativamente a imagem do presidente era o número de fatalidades entre soldados estadunidenses. E, com seu viés nacionalista, a *Fox News* reportava este número abaixo do real (MORRIS, 2005, p. 61).

Ao longo de 2003 cresceu nos Estados Unidos a crença de que o Iraque tinha planos para espalhar varíola no país durante a guerra, tanto infectando soldados no Iraque quanto infectando cidadãos estadunidenses em casa, através de “delegados”. Defensora dessa tese foi a jornalista Judith Miller – repórter do *New York Times*, que, em 2008 ingressou na *Fox News*. Miller sustentava sua crença na relação entre a cientista russa Nelja Maltseva, do Instituto Russo de Preparações Virais, com o governo de Bagdá em 1990. De acordo com Miller, Maltseva teria vendido ao Iraque uma cepa de varíola que teria causado uma epidemia no Cazaquistão no início dos anos 1970. Maltseva faleceu em 2001, mas seus associados negaram a relação da virologista com o governo iraquiano, afirmando que Maltseva visitou o país apenas uma vez numa campanha global contra a varíola (WEINBERGER, 2006, p. 105-106).

O “resgate da soldada Lynch” foi outro exemplo. Jessica Lynch servia como membro da Companhia de Manutenção, pelotão destinado a reparar equipamentos e veículos do Batalhão 5, 52d de combate antiaéreo. Lynch estava no comboio que se perdeu em direção a Bagdá e acabou isolado em território inimigo. Não sendo uma unidade destinada ao combate, os soldados da Companhia foram facilmente derrotados, muitos foram mortos e vários feitos prisioneiros. Um ousado e dramático resgate de um soldado ferido e perdido atrás das linhas inimigas tornou-se uma peça de propaganda ideal para desviar as atenções públicas das dificuldades que a guerra vinha apresentando, além de gerar apoio ao esforço de guerra por incitar o nacionalismo. Como observou Deepar Kumar (2004, p. 299), Lynch tornou-se ao mesmo tempo vítima (donzela em perigo) e heroína. Por um lado, ela foi retratada como a “pequena” e “jovem” membro de uma unidade de não combatentes, vítima de uma emboscada, que precisou ser resgatada. Por outro, foi apresentada como uma não combatente que lutou bravamente. O Pentágono afirmou que Lynch havia sido esfaqueada e baleada, que em cárcere era torturada e agredida em sua cama de hospital, afirmações que foram desmentidas pelos funcionários do hospital e pelo próprio soldado. Mas o mito do “resgate da soldada Lynch” – termos utilizados na imprensa de forma proposital para evocar o



filme “O resgate do Soldado Ryan” (O’CONNEL, 2005, p. 1-5) – ao mesmo tempo em que funcionou como um “meio pelo qual uma guerra polêmica poderia ser discutida em termos emocionais, em vez de racionais”, tornou Lynch “um símbolo da atitude ‘iluminada’ do Ocidente em relação às mulheres, justificando o argumento de que os EUA estavam ‘libertando’ o povo do Iraque” (KUMAR, 2004, p. 299).

Segundo Chomsky (2004, p. 168), a construção retórica da guerra do Iraque – que começou a tomar forma nos finais de 2002 – coincidiu com o início da campanha eleitoral para as eleições legislativas de novembro de 2002. Em maio de 2003 – dois meses após o início da guerra – a bordo do *USS Abraham Lincoln*, Bush entregou o discurso de missão cumprida. Este discurso não foi uma declaração de fim da guerra, mas o início da campanha presidencial de 2004. A estratégia teve retorno, o republicano foi reeleito num pleito com mais de 122 milhões de votantes, 17 milhões a mais que em 2000 (CAMPBELL, 2005, p. 226). No entanto, ao avançar do segundo mandato, com o prolongamento da guerra no Iraque e no Afeganistão, o gabinete presidencial foi alvo de mais críticas. No início de 2005, a administração Bush começou a perder a blindagem que recebeu após os ataques de onze de setembro (PECEQUILO, 2007, p. 10). O apoio midiático e a construção do sentimento patriótico marcial (primeira parte da construção retórica da guerra), que já havia perdido fôlego antes das eleições, ficou mais escasso.

Verifica-se, portanto, que a retórica republicana de guerra em Bush fez considerável uso de desinformação e misinformação. Enquanto Bush ou Powell discursavam sobre a existência de armas de destruição em massa – e sobre a necessidade de invadir o Iraque para recuperá-las antes que fossem dadas aos terroristas –, a imprensa e mesmo agências do governo (como o Pentágono) dependiam de desinformação e misinformação para sustentar a narrativa de guerra.

## **A retórica da guerra promovendo uma “guerra civil”**

Editor da revista *The American Conservative* – liderada por Pat Buchanan, conservador e diretor de comunicação da Casa Branca de Reagan – em 2008 Richard Spencer começou a veicular o termo “Direita Alternativa” (*Alt-Right*). Em 2010 fundou o site [www.alternativeright.com](http://www.alternativeright.com). Segundo May e Feldman (2019, p. 29-30) o sucesso do site abriu portas e em 2017 Spencer levou ao ar o [www.Alt-right.com](http://www.Alt-right.com) com o propósito de tornar o novo site um *think tank* acadêmico para promover “informações e discursos em apoio à civilização ocidental e chamar a atenção para a ameaça demográfica iminente da imigração em massa, que está a caminho de apagar completamente as culturas e os povos únicos do Ocidente.” Supremacista racial e nacionalista, Spencer procurava promover um país de brancos (MAY; FELDMAN, 2019, p. 32). Porém, a direita alternativa tornou-se um conceito consideravelmente mais amplo que o idealizado por Spencer. De acordo

com Michaelsen e Orellana (2019, p. 273) esta “nova direita” tornou-se um aglomerado de ideias vinculadas por temas e suposições comuns.

Alex Jones, proeminente comunicador dessa “nova direita”, “alertava o povo americano” sobre os perigos do “globalismo” e da “nova ordem mundial” desde os anos 2000. Seu livro sobre o Onze de Setembro (*Disent into Tyranny*) desfilou diversas teorias conspiratórias, entre elas a de que haveria um plano de construir um governo global (de influência comunista) que destruiria a liberdade estadunidense. Em seu site *Infowars*, Jones defendeu “o direito de portar armas como uma norma a ser protegida contra a invasão liberal” (MICHELSEN; ORELLANA, 2019, p. 275) e negou a existência de tiroteios em escolas nos Estados Unidos. Alegou que o massacre na escola *Sandy Hook*, em 2012 (no qual vinte crianças foram assassinadas), foi uma farsa criada para fortalecer as leis de controle de armas. Os discursos da Direita Alternativa sobre a democracia fundamentam-se na resiliência diante das notícias políticas e conhecimento disseminado através da mídia tradicional. A oposição fundamental é baseada, portanto, na insatisfação com um sistema traidor e entregue à “hegemonia da esquerda”. A democracia, nessa visão, precisa ser resgatada ou mesmo refeita a partir de valores “pré-esquerda” (MICHELSEN; ORELLANA, 2019, p. 282). Apresentando, portanto, traços de uma visão de mundo conspiratória que se assemelham às defendidas pela tradição puritana de “povo eleito”.

Este foi um dos pontos de apoio da candidatura de Donald Trump. Em seu anúncio de campanha, em 2015, o futuro presidente fez vários questionamentos apontando a dificuldade dos Estados Unidos em “vencer” no cenário internacional. Afirmou:

Nosso país está com sérios problemas. Não temos mais vitórias. Costumávamos ter vitórias, mas não as temos. Quando foi a última vez que alguém nos viu derrotando, digamos, a China em um acordo comercial? [...] Quando vencemos o México na fronteira? Eles estão rindo de nós, de nossa estupidez. E agora eles estão nos derrotando economicamente. Eles não são nossos amigos, acredite (TRUMP, 2017).

Além da xenofobia – materializada em uma de suas promessas de campanha de construir um muro na fronteira com o México –, o discurso de Trump afirmou que os governantes mentiam para a população. E mais, os acusou de serem inaptos a servir:

Quando o México envia seu pessoal, eles não estão enviando o melhor. [...] Estão trazendo drogas. Eles estão trazendo o crime. Eles são estupradores. E alguns, presumo, são boas pessoas. [...] Nossa taxa de participação no trabalho foi a pior desde 1978. [...] E nosso desemprego real está entre 18 e 20 por cento. Não acredite no 5.6. Não acredite. [...] Muita gente lá em cima não consegue emprego. Eles não conseguem empregos porque não há empregos, porque a China tem nossos empregos e o México tem nossos empregos. [...] Bem, você precisa de alguém, porque os políticos são só conversa, nenhuma ação. [...] Quão estúpidos são nossos líderes? Quão estúpidos são esses políticos para permitir que isso aconteça? Quão estúpidos eles são? (TRUMP, 2015).

Em 2016, ainda em campanha, Trump (2016) afirmou:

As pessoas que se opõem à nossa campanha são as mesmas que nos levaram a uma guerra estrangeira desastrosa após a outra. As pessoas que se opõem à nossa campanha são as mesmas que mentiram para nós sobre um acordo comercial após o outro. Você não está cansado de um sistema que enriquece às suas custas? Você não está cansado de grandes meios de comunicação, grandes empresas e grandes doadores manipulando o sistema para impedir que sua voz seja ouvida?

Conforme Teagan Hale (2021, p. 32), a lógica de “nós (americanos)” contra “eles (terroristas)” da Guerra ao Terror se manifestou também internamente. Em 2003, no estado de Washington, um garoto de 15 anos foi interrogado pelo serviço secreto por ter desenhado para a aula de artes uma charge representando o presidente Bush como um demônio. Em Nova York, um senhor de 61 anos foi preso por invasão de propriedade após se recusar a deixar um estabelecimento por vestir uma camisa com os dizeres “Dê uma chance à paz”. No Novo México, um professor de educação física foi demitido após um aluno proclamar um poema antiguerra do Iraque no clube de poesia que ele organizava; além disso, o clube foi proibido e todos os poemas foram destruídos. No Texas, William Krar enviou a um amigo uma caixa com diversos documentos falsificados; no entanto, os correios cometeram um engano e entregaram a encomenda no endereço errado. O FBI foi acionado e descobriu na residência de Krar diversas metralhadoras automáticas, bombas de controle remoto, bombas tubulares e milhares de peças de munição. Porém, Krar não foi indiciado como terrorista, apesar de ser um defensor da supremacia branca. Por outro lado, Ansar Mahmood, um entregador de pizza, ficou preso por três anos após ter sido flagrado tirando fotos na margem do rio Hudson em Nova York, Mahmood não sabia que estava próximo da usina de tratamento de água (WEIBERGER, 2006, p. 159-185).

Conforme esta forma de pensar foi reproduzida no discurso político acirrou-se a separação entre dois grupos (direita x esquerda, democratas x republicanos, conservadores x liberais, cidadãos x imigrantes, cidadãos x governo) dos quais um, o “nós”, foi enquadrado como “americano real” e o outro, o “ele”, considerado mal-informado ou intencionado.

Como vimos, a retórica republicana da guerra instrumentaliza a noção de “povo eleito” e reforça a imagem de “nós” contra “eles” nos Estados Unidos. Porém, em Donald Trump esta imagem tomou uma perspectiva diferente. Em campanha, Trump foi crítico às políticas neoconservadoras – incluindo a Guerra do Iraque – e algumas das vozes mais proeminentes entre os neocons protestaram contra o modo Trump de fazer política. Max Boot (2018), notório neoconservador, declarou:

A guerra de Trump contra os imigrantes está fazendo com que eu não me sinta um americano “de verdade”. Cada vez mais eu me sinto como um judeu, um

imigrante, um russo – qualquer coisa menos um americano normal. Talvez seja precisamente o que Trump e seus mais fervorosos apoiadores pretendem.

Em seu discurso de posse, Trump (2017) reafirmou esses princípios, atacando o establishment:

Hoje não estamos apenas transferindo poder de um governo para outro, ou de um partido para outro – mas estamos transferindo poder de Washington, D.C. e devolvendo-o a vocês, o povo americano. [...] Os políticos prosperaram – mas os empregos foram embora e as fábricas fecharam. O establishment se protegia, mas não os cidadãos de nosso país. [...] 20 de janeiro de 2017 será lembrado como o dia em que o povo se tornou novamente o governante desta nação. [...] Seguiremos duas regras simples: Compre Americano e Contrate Americano. [...] Finalmente, devemos pensar grande e sonhar ainda maior. Na América, entendemos que uma nação só vive enquanto luta. Não aceitaremos mais políticos que só falam e nada fazem – reclamam constantemente, mas nunca fazem nada a respeito. O tempo para conversa fiada acabou. Agora chega a hora da ação.

Mesmo após as eleições, Trump continuou a alimentar essa retórica e a atacar Hillary Clinton, Barack Obama, agências do governo e mais. Mesmo seu slogan, *Make a America Great Again*, remonta aos anos sem movimentos de direitos civis, *black life Matters* e direitos LGBTQI. No entanto, o “nós” contra “eles” em Trump reafirmou a antipatia que a direita estadunidense nutria contra o “globalismo”. E, como afirma Wertheim (2009), mesmo abandonando a retórica pela “luta pela liberdade” no mundo (como as defendidas por Reagen ou Bush), Trump agiu “como muitos no espectro neocon fazem há muito tempo, posicionando os Estados Unidos contra um mundo cruel e fetichizando a força bruta como resposta”. A grande diferença dava-se pelo fato de Trump não medir esforços para culpabilizar a classe política e a oposição como responsáveis pelas derrotas estadunidenses. Já em dezembro de 2017, ao discursar sobre a Estratégia de Segurança Nacional, Trump (2017b) afirmou:

Mas para aproveitar as oportunidades do futuro, devemos primeiro entender os fracassos do passado. Por muitos anos, nossos cidadãos assistiram os políticos de Washington presidirem uma decepção após a outra. Para muitos de nossos líderes - tantos que esqueceram cujas vozes deveriam respeitar e cujos interesses deveriam defender - nossos líderes em Washington negociaram acordos comerciais desastrosos que trouxeram lucros maciços para muitas nações estrangeiras, mas enviaram milhares de fábricas americanas e milhões de empregos americanos, para esses outros países.

A retórica republicana de guerra em Reagan e em Bush articulava o “nós” contra “eles” numa dinâmica interna e externa. No primeiro, o inimigo primário (o mal, do Império do mal) era o comunismo soviético. O inimigo interno manifestava-se no “americano de verdade” contra o “infiltrado” ou o “simpático” ao inimigo. Em Bush o inimigo primário identificado era “o terrorismo”, personalizado primeiro na Al-Qaeda e Talibã (Afeganistão) e depois no Saddam

Hussein (Iraque). A disputa interna dava-se entre “americanos de verdade” contra os opositores da política da guerra ao terror, os “anti-patriotas”. Já em Trump, o inimigo primário era o interno. Em muitos aspectos, esta postura remonta a visão puritana de que se o “povo eleito” falha em conseguir seu objetivo, o faz por ser sabotado. E os sabotadores eleitos por Trump foram “o establishment” e a “esquerda”. E ao através dessa postura, o candidato foi abraçado pela Direita Alternativa.

Como demonstram Michalesen e Orellana (2019), esta “direita alternativa” apresentou-se como um agregador de ideias associadas por temas e suposições comuns. Teóricos da conspiração, movimentos sociais, grupos violentos, supremacistas raciais e mais, tornam-se atores políticos unidos por uma retórica conspiratória e fantasiosa, alimentada por desinformação e baseada na resiliência em defender os “valores americanos” e “ocidentais” contra a “esquerda globalista”.

A resiliência age até como um fator unificador de suas autodefinições como patriotas politicamente resilientes como, por exemplo, Alex Jones, um comentarista de rádio influente e defensor dos direitos das armas que recomenda “preparação” aos seus ouvintes e lembra que “você é a resistência!” (MICHELSEN; ORELLANA, 2019, p. 271).

Neste cenário, observamos como a retórica da republicana guerra foi readaptada para a lógica da Direita Alternativa para legitimar não apenas suas visões de mundo, mas também suas ações políticas que, por vezes, promoviam o terrorismo doméstico.

1) Causa/motivo: Crises econômicas, valores morais ameaçados e insegurança institucional. Donald Trump realizou esta etapa ao capitalizar sobre o desemprego, como nos discursos destacados acima. Além. Exponentes do movimento com frequência incitaram uma ameaça aos “valores americanos”. Em 2017, após a decisão do conselho da cidade de Charlottesville, na Virgínia, de remover uma estátua do general confederado Robert E. Lee, a passeata *Right United* foi organizada. A decisão foi reconhecida como uma tentativa de apagamento do “passado branco” dos Estados Unidos. Durante a passeata John Spencer exclamou “Viva Trump, viva nossa gente, viva a vitória”. Os manifestantes seguravam placas afirmando que não seriam substituídos.

2) Identificação do culpado: Socialismo, globalismo e o establishment. Durante a campanha Trump manteve ataques aos seus adversários políticos. Os ataques ao *establishment* fizeram parte da construção de sua imagem como “candidato externo”. Diferente dos outros que eram políticos profissionais, ele seria um homem de ação. Além, a muito os grupos que viriam a compor a Direita Alternativa reconheciam-se como ameaçados por políticas liberais. Havia a crença de que as políticas afirmativas promovidos pela esquerda (incluindo a imigração) teria o objetivo de tornar o “americano branco” uma minoria numérica nos Estados Unidos (ESPOSITO, 2019, p. 107).

3) Demonização: Em outubro de 2016, após o FBI revelar ter reaberto a investigação sobre o uso de um e-mail privado por Hillary Clinton quando era secretária de Estado, Trump (2016) afirma: “A política externa de Hillary Clinton custou aos Estados Unidos milhares de vidas e trilhões de dólares – e desencadeou o ISIS em todo o mundo.” Alex Jones, por outro lado, tomou essa etapa de forma literal; argumentou que “Hillary Clinton e Barack Obama são atormentados por enxames de moscas onde quer que vão. Por quê? Porque eles cheiram a enxofre. Por quê? Porque eles são possuídos por demônios” (GORSKI, 2017). Mas além, sobram acusações de que uma elite política que inclui os Clinton pratica abusos infantis em rituais satânicos (D'ANCONA, 2018, p. 62).

4) Personificação do inimigo (em um grupo ou nação): Obama, Hillary Clinton, os democratas, os liberais, e mais. De fato o candidato Trump começou a fazer palanque na alegação de que a certidão de nascimento de Obama seria falsa. No discurso de 2016, citado acima, Trump definiu Clinton como “mentirosa” e “ladra”, e a acusou de ser a pessoa mais corrupta na história a concorrer pela presidente. Os inimigos eram o globalismo, os satanistas e o establishment, mas Clinton e Obama eram as personificações desses inimigos.

5) Justificar a guerra: A própria defesa da nação, de suas liberdades e direitos. Uma vez que o inimigo é responsabilizado pelos problemas dos Estados Unidos, a justificativa da guerra torna-se a autopreservação. Esse ponto foi ainda mais forte para aquela parcela que se reconhecia sob ataca de políticas (como aqueles que marcharam em Charlottesville).

Mas, diferente das retóricas republicanas de guerra anterior, este era voltado para o inimigo interno, de forma que o chamado para a guerra poderia ser atendido.

Em 2002 Richard McCaslin, vestindo uma máscara de caveira e se autointitulando “Patriota Fantasma”, invadiu um tradicional encontro de homens de negócios na *Bohemian Grove*, na Califórnia. O homem estava armado com dois rifles de assalto, uma pistola calibre 45, uma besta de caça, uma faca, uma espada e explosivos. Em sua defesa alegou ter invadido o local para pôr um fim nos sacrifícios humanos satânicos que aconteceriam nos encontros. A ideia de invadir o local nasceu após assistir a um documentário na TV de acesso público. O documentário em questão era o Segredos Sombrios: Por dentro do *Bohemian Grove* (*Dark Secrets: Inside Bohemian Grove*) produzido por Alex Jones (KRULOS, 2013, p. 58).

Em 2008 Jim Adkisson atacou uma igreja no Tennessee, deixando sete feridos. Adkisson posteriormente afirmou: “Ultimamente, tenho me sentido impotente em nossa guerra contra o terrorismo. Mas percebi que poderia enfrentar os aliados terroristas aqui na América. Os melhores aliados que eles têm – os democratas” (HALE, 2021, p. 42). Em 2013, Paul Ciancia praticou um ataque ao Aeroporto Internacional de Los Angeles deixando dois mortos e três feridos. Alegou:

“Não houve um ataque terrorista em 1º de novembro. Houve um patriota irritado tentando regar a árvore da liberdade” (HAMILTON, 2016).

Eric Frain, que em 2014 atacou o quartel da Polícia Estadual da Pensilvânia deixando dois mortos, afirmou: “Nossa nação está longe do que é e do que deveria ser [...] Há tanta coisa errada e em tantos níveis, apenas passar por outra revolução pode nos trazer de volta as liberdades que um dia tivemos” (ASSOCIATED PRESS, 2014). No mesmo ano, Jared Miller, que com a ajuda de sua esposa deixou sete mortos em Las Vegas, disse:

Que os melhores homens de nossa amada nação resistam e lutem contra a tirania, sem medo e sem arrependimento [...] Não podemos falhar neste esforço da Liberdade [...] Eu, no entanto, prefiro morrer lutando pela liberdade, do que viver de joelhos como um escravo (LAS VEGAS SUN, 2014).

O discurso de resiliência da Direita Alternativa convoca para a guerra, numa construção retórica semelhante à adotada para a Guerra ao Terror. Mas estes são exemplos dos “soldados que foram ao campo”, assim como a Guerra ao Terror, a “guerra pela América” foi (e é) também travada e sustentada através de misinformação e desinformação.

A Direita Alternativa abraçou diversas teorias conspiratórias como os *9/11 Truthers* (que acreditam que os ataques de Onze de Setembro foram armados pelo governo dos Estados Unidos), os *Birthers* (que acreditam que o presidente Obama não nasceu nos Estados Unidos), os *Anti-vax* (que defendem que a vacinação é maléfica à saúde) e mais. No período eleitoral de 2016, sobram teorias de que a família Clinton havia ordenado dezenas de assassinatos, e que Obama tramava para minar o poder dos Estados Unidos e favorecer o México com imigrações ilegais em massa (POLLARD, 2018, p. 82). Teorias que, não só demonizavam a esquerda e a “classe política”, como também alimentavam o medo de supremacistas de serem “substituídos”. No entanto, a teoria que ganhou mais notoriedade talvez tenha sido a *Pizzagate*.

Em outubro de 2016, dois dias após o diretor do FBI se pronunciar sobre a investigação dos e-mails de Clinton, surgiu o rumor que alguns destes e-mails relatavam a existência de um círculo de pedofilia que tinha uma pizzeria no bairro de Chevy Chase em Washington como fachada. O rumor ganhou espaço em fóruns na internet e os proprietários da pizzeria (assim como os proprietários de outros estabelecimentos na mesma rua) começaram a receber ameaças por telefone. O local chegou a ser invadido por um homem armado. Edgar Welch dirigiu da Carolina do Norte até Washington para resgatar crianças que ele acreditava estarem escondidas em túneis sob a pizzeria. Armado com um rifle, um revólver e uma faca, por 45 minutos Welch procurou por cofres, quartos e túneis secretos. Quando foi preso ao sair do estabelecimento, disse que tinha lido que o lugar estava “abrigoando crianças escravas sexuais e que queria ver por si mesmo se elas estavam lá”, que “estava armado para ajudar a resgatá-las” e que “se rendeu pacificamente quando

não encontrou nenhuma evidência”. Horas depois de ter sido preso e relatado não ter encontrado provas do círculo de pedofilia, Welch foi desqualificado pelos teóricos da conspiração online que já haviam decidido que ele não era um deles, mas sim um “infiltrado” que mentia para encobrir a verdade (FISHER; HERMANN, 2016).

Conforme Hunt Allcott e Matthew Gentzkow (2017, p. 215), embora não consigamos definir o quanto a exposição a notícias falsas podem ter afetado as eleições estadunidenses de 2016, estimou-se que “o adulto americano médio leu e lembrou por ordem de um ou talvez vários artigos de notícias falsos durante o período eleitoral, com maior exposição a artigos pró-Trump do que artigos pró-Clinton”.

## Conclusão

A retórica republicana de guerra nos serve de modelo analítico para os discursos políticos de Reagan, Bush e mesmo Donald Trump. Porém, mais que simples ferramentas argumentativas para manipular a opinião pública ou o eleitorado, a retórica republicana de guerra instrumentaliza uma visão de mundo conspiratória e dicotômica entre “bem” e “mal” – tradicional nos Estados Unidos – de forma direta e eficiente, que ganhou ainda mais força com a adoção massiva de desinformação e misinformação. Embora o preâmbulo da “era da pós-verdade” tenha sido escrito por Teich em 1992, a pouca discordância oficial das alegações presidências sobre as supostas armas de destruição em massa no Iraque – além do uso de desinformação, por parte de agências do Estado como o Pentágono, para fins de propaganda –, demonstram como a desinformação foi sistematicamente institucionalizada para a sustentação da retórica de guerra em Bush. Por fim, mesmo que Donald Trump não tenha inaugurado a Direita Alternativa, o candidato adotou a retórica republicana de guerra adaptando-a às exigências deste grupo. Mas, enquanto nos republicanos anteriores a dinâmica interna do “nós” contra “eles” mantinha uma função de vigilância (em uma lógica paranoica), em Trump e na Direita Alternativa funcionava belicamente. Ao adotar a retórica republicana de guerra a Direita Alternativa e Trump convocaram seus adeptos para a batalha, e muitos deles ouviram.

## Referências

ABREU, Jonas. A teoria do Destino Manifesto: revisitando os ciclos da história americana e o governo Trump. *Conjuntura Global*, v. 10, n. 2, 2021.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of economic perspectives*, v. 31, n. 2, 2017. p. 211-36.

ASSOCIATED PRESS. Eric Frein’s letter to parents: ‘The time seems right for a spark to ignite a fire’. *The Guardian*. Nov. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us->



[news/2014/nov/14/eric-frein-pennsylvania-police-shooting-letter-parents](https://www.washingtonpost.com/news/2014/nov/14/eric-frein-pennsylvania-police-shooting-letter-parents/)> Acesso em 09 out. 2021.

BELLAH, Robert. Civil religion in America. *Dædalus*, Fall, 2005.

BOOT, Max. *The corrosion of conservatism: Why I left the right*. Liveright Publishing, 2018.

BURKE, Peter. *Uma história Social do Conhecimento. II* da Enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BUSH, George W. *Address to Citadel Cadets*. December 11, 2001. Disponível em: <<https://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushcitadelcadets.htm>> Acesso em 21 set. 2022.

\_\_\_\_\_. *Address to a joint session of Congress and the nation*. The Washington Post. September 20, 2001 (a). Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress\\_092001.html](https://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html)> Acesso em 21 set. 2022.

\_\_\_\_\_. *State of the Union Address*. January 28, 2003. Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-28-2003-state-union-address>> Acesso em: 21 set. 2022.

\_\_\_\_\_. *State of the Union Address*. January 29, 2002. Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-29-2002-state-union-address>> Acesso em 21 set. 2022.

BYRNES, Malcolm. The Iran-Contra Affair 30 Years Later: A Milestone in Post-Truth Politics. *National Security Archives*. Nov 25, 2016. Disponível em: <<https://nsarchive.gwu.edu/briefing-book/iran/2016-11-25/iran-contra-affair-30-years-later-milestone-post-truth-politics>> Acesso em 22 set. 2022.

CAMPBELL, James E. Why Bush won the presidential election of 2004: Incumbency, ideology, terrorism, and turnout. *Political Science Quarterly*, v. 120, n. 2, 2005. p. 219-241.

CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. Verdades e mitos sobre a invasão do Iraque. *Socialist Register*, 2004.

D'ANCONA, Matthew. *Pos-Verdade*. A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DENSLOW, Neil. Iran-Contra. In: KNIGHT, Peter (Ed.). *Conspiracy theories in American history: An encyclopedia*. Abc-clio, 2003.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio. *Estados Unidos: a supremacia contestada*. Cortez Editora, 2003.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ESPOSITO, Luigi. The Alt-Right as a revolt against neoliberalism and political correctness: The role of collective action frames. *Perspectives on Global Development and Technology*, v. 18, n. 1-2, 2019. p. 93-110.

FISHER, Marc; COX, John; HERMANN, Peter. Pizzagate: From rumor, to hashtag, to gunfire in D.C. *The Washington Post*. Dez 2016. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/local/pizzagate-from-rumor-to-hashtag-to-gunfire-in-dc/2016/12/06/4c7def50-bbd4-11e6-94ac-3d324840106c\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/local/pizzagate-from-rumor-to-hashtag-to-gunfire-in-dc/2016/12/06/4c7def50-bbd4-11e6-94ac-3d324840106c_story.html)> Acesso em 22 set. 2022.

FREELON, Deen; WELLS, Chris. Disinformation as political communication. *Political Communication*, v. 37, n. 2, 2020. p. 145-156.

GORSKI, Philip. Why evangelicals voted for Trump: A critical cultural sociology. *American Journal of Cultural Sociology*, July 2017.

GUESS, Andrew M.; LYONS, Benjamin A. Misinformation, disinformation, and online propaganda. *Social media and democracy: the state of the field, prospects for reform*. Vol. 10, 2020. p. 10-33.

HAACK, Susan. Post “post-truth”: Are we there yet?. *Theoria*, v. 85, n. 4, 2019. p. 258-275.

\_\_\_\_\_. Staying for an Answer. *Times Literary Supplement*, v. 9, 1999. p. 12-14.

HALE, Teagan, *A Discursive Analysis of Far-Right Justifications for Violence: The Permeance of ‘War on Terror’ Discourses in Civilian Spaces*. The American Counterterrorism Targeting and Resilience Institute, 2021.

HAMILTON, Matt. LAX shooter’s plea agreement reveals he did not consider himself a terrorist, but a ‘patriot’. *Los Angeles Times*. Sept. 1, 2016. Disponível em: <<https://www.latimes.com/local/lanow/la-me-ln-lax-shooter-guilty-plea-20160901-snap-story.html>> Acesso em 22 set. 2022.

HEATHER S. Gregg: Reagan and Terrorism. In: KENDALL, John George. *A Companion to Ronald Reagan*. Reference Reviews, 2015.

HOFSTADTER, R. *The Paranoid Style in American Politics, and others Essays*. Cambridge massachusetts: Harvard University Press, 1996.

KNIGHT, Peter (Ed.). *Conspiracy theories in American history: An encyclopedia*. Abc-clio, 2003.

KOCHER, Bernardo. Globalização. In: KOCHER, Bernardo (org). *Globalização*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

KRULOS, Tea. *Heroes in the night: Inside the real life superhero movement*. Chicago Review Press, 2013.

KUMAR, Deepa. War propaganda and the (ab) uses of women: Media constructions of the Jessica Lynch story. *Feminist media studies*, v. 4, n. 3, 2004. p. 297-313.

LAS VEGAS SUN. A look inside the lives of shooters Jerad Miller, Amanda Miller. *Las Vegas Sun*. 9 de jun 2014. Disponível em: <<https://lasvegassun.com/news/2014/jun/09/look/>> Acesso em 22 set. 2022.

LEWANDOWSKY, Stephan et al. Misinformation, disinformation, and violent conflict: From Iraq and the “War on Terror” to future threats to peace. *American psychologist*, v. 68, n. 7, 2013. p. 487.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

MAY, Rob; FELDMAN, Matthew. Understanding the Alt-Right. Ideologues, ‘Lulz’ and Hiding in Plain Sight. In: FIELITZ, Maik; THURSTON, Nick (org.) *Post-Digital Cultures of the Far Right*. Online Actions and Offline Consequences in Europe and the US. Verlag, Bielefeld: Transcript, 2019.

MCINTYRE, Lee. *Post-truth*. MIT Press, 2018.

MICHELSEN, Nicholas; ORELLANA, Pablo De. Discourses of resilience in the US alt-right. *Resilience*, Vol. 7, No. 3, 2019. p. 271-287.

MORRIS, Jonathan S. The Fox news factor. *Harvard international journal of press/politics*, v. 10, n. 3, 2005. p. 56-79.

O’CONNELL, Aaron B. Saving Private Lynch: A hyperreal hero in an age of postmodern warfare. *War, Literature and the Arts*, v. 17, 2005. p. 1-2.

PECEQUILO, Cristina. A era George W. Bush (2001/2007): os EUA e o Sistema Internacional. *II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - o Brasil e o mundo que vem aí*. Rio de Janeiro, 2007.

PEW RESEARCH CENTER. *What are the most important reasons why you support going to war in Iraq?*. Pew Research Poll Database. October 2002 (a). Disponível em <[https://ropercenter.cornell.edu/psearch/question\\_view.cfm?qid=475843&pid=50&ccid=50#top](https://ropercenter.cornell.edu/psearch/question_view.cfm?qid=475843&pid=50&ccid=50#top)> Acesso em 22 set. 2022.

\_\_\_\_\_. *What the World Thinks in 2002*. How Global Publics View: Their Lives, Their Countries, The World, America. Pew Research Center. Report December 4, 2002 (b). Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/politics/2002/12/04/what-the-world-thinks-in-2002/>> Acesso em 22 set. 2022.

POLLARD, Tom. Alt-right transgressions in the age of Trump. *Perspectives on global development and technology*, v. 17, n. 1-2, 2018. p. 76-88.

REAGAN, Ronald. “*Evil Empire*” *Speech*. March 8, 1983 (a). Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/march-8-1983-evil-empire-speech>> Acesso em 21 set. 2022.

\_\_\_\_\_. *Address on Central America*. April 27, 1983 (c). Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/april-27-1983-address-central-america>> Acesso em 22 set. 2022.

\_\_\_\_\_. *Address to the Nation on Iran-Contra*. March 4, 1987. Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/march-4-1987-address-nation-iran-contra>> Acesso em 21 set. 2022.

\_\_\_\_\_. *Address to the Nation on National Security*. March 23, 1983 (b). Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/march-23-1983-address-nation-national-security>> Acesso em 21 set. 2022.

\_\_\_\_\_. *State of the Union Address*. February 6, 1985 (a). Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/february-6-1985-state-union-address>> Acesso em 21 set. 2022.

RESENDE, Erica. *Americanidade, puritanismo e política externa: a reprodução da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

REYES-RODRÍGUEZ, Antonio. Speeches and declarations: a war of words. *Revista alicantina de estudios ingleses*, No. 19, nov. 2006. p. 365-386.

SCHMIDT, Brian C.; WILLIAMS, Michael C. The Bush doctrine and the Iraq War: Neoconservatives versus realists. *Security Studies*, v. 17, n. 2, 2008. p. 191-220.

TRUMP, Donald. *Campaign speech in Wisconsin*, October 17, 2016. Disponível em: <<https://www.politico.com/story/2016/08/full-text-donald-trumps-speech-on-227095>> Acesso em 22 set 2022.

\_\_\_\_\_. *Inaugural Address*. January 20, 2017. Disponível em: < <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-20-2017-inaugural-address>> Acesso em 22 set. 2022.

\_\_\_\_\_. *Presidential Announcement Speech*. June 16, 2015. Disponível em:< in: <https://time.com/3923128/donald-trump-announcement-speech/>> Acesso em 22 set 2022.

\_\_\_\_\_. *Remarks on National Security Strategy*. December 18, 2017. Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/december-18-2017-remarks-national-security-strategy>> Acesso em 22 set. 2022.

VISENTINI, Paulo. *O caótico século XXI*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

WATERS, Robert. Anticommunism. In: FROHNEN, Bruce; BEER, Jeremy; JEFFREY, Nelson O. *American Conservatism: An Encyclopedia*. Open Road Media, 2014.

WEINBERGER, Eliot. *Crônicas da era Bush*. Rio de Janeiro: Record. 2006.

WERTHEIM, S. Return of the Neocons. NYR Daily. January. 2019. Disponível em: <<https://www.nybooks.com/daily/2019/01/02/return-of-the-neocons/?printpage=true>> Acesso em 21 set. 2022.

Recebido em: 27.09.2022

Aprovado em: 26.01.2023